

"Growing up"

Anushka Virahsawmy



CAPÍTULO 9

Media, informação e comunicação

Artigos 29-31



Conferência de imprensa sobre género e comunicação social. Foto: Raul Manhisse

Pontos principais

- Com a classificação de 51% no SGDI Moçambique situa-se relativamente abaixo da média regional de 66%, posicionando-se em 12º lugar.
- A classificação de 60% dada pelos cidadãos é melhor que a média regional de 55% e coloca o país em 5º lugar.
- A Constituição de 1991 garante a liberdade de expressão a todos os cidadãos.
- Os estudantes do sexo feminino constituem 26% dos estudantes das três escolas de jornalismo auditadas.
- Todos os órgãos de comunicação afirmaram conceder licença de maternidade.
- Apenas um órgão de comunicação em Moçambique tem uma política de género.
- As mulheres constituem 15% de todas as imagens nos jornais em Moçambique, comparado com 14% de fontes de notícias na imprensa escrita.
- Os artigos sobre Violência Baseada no Género contam para 2% dos tópicos cobertos; apenas 2% abaixo da média regional de 4%.
- As mulheres constituem apenas 22% das histórias sobre ou que mencionam a VBG: os homens falam pelos homens, mesmo nos assuntos que afectam mais intimamente as mulheres.
- As vítimas ou sobreviventes da VBG constituem apenas 6% das fontes das histórias de VBG em Moçambique, contra 19% ao nível da região. Os alegados perpetradores são os que menos falam nas histórias sobre VBG em Moçambique, enquanto que ao nível da região eles constituem 11% das fontes de VBG.
- A cobertura do HIV e SIDA conta para 2% de todos os tópicos cobertos na imprensa Moçambicana; a mesma proporção da região.

Table 9.1: SGDI and CSC scores for media, information and communication

	SGDI	CSC
Pontos	51%	60%
Classificação	12	5

A tabela 9.1 mostra que com 51%, a pontuação do SGDI é inferior à média regional de 66%, mas a classificação do cidadão de 60% é superior à média regional de 55% e coloca o país em 5º lugar na região da SADC.

A classificação do SGDI é baseada na representação das mulheres nos media nos diferentes níveis, nos conselhos de administração, na gestão, como professoras e estudantes nas instituições de ensino; e no uso das mulheres e homens como fontes de notícias.

Entretanto, o CSC capta outras nuances qualitativas tais como sensacionalismo das notícias e estereótipos de género nos vários media.

O acesso dos cidadãos a informação correcta sobre vários assuntos políticos, económicos e sociais é fundamental para o desenvolvimento de uma população informada dentro de uma democracia. Os principais órgãos de comunicação, com o seu amplo alcance, são um importante recurso na sociedade para a disseminação da informação, conhecimento, ideias e mensagens, bem como para o público interagir no debate sobre assuntos correntes.

Os media tem sido uma das áreas ainda menos fervorosamente contestadas na acção de lobby e advocacia sobre o Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento. Os activistas do género já há muito reconhecem a importância fundamental dos media na mudança do comportamento e mentalidades, mas nem sempre tem sido estratégicos na interacção com o quarto poder.

Existem vários pontos de entrada para o género e media. Isto começa com políticas e leis atentas ao género, implementadas pelas autoridades reguladoras. Ao apresentar queixa aos órgãos reguladores, as audiências tornam essas leis e políticas uma realidade. As instituições de formação em comunicação e ONGs de desenvolvimento dos media tem a capacidade de influenciar atitudes, capacidades e conhecimento dos profissionais da mídia, particularmente no nível de iniciação, mas também através de cursos de aperfeiçoamento. Os activistas e decisores, especialmente as mulheres decisoras, ajudam a estabelecer uma agenda do género e mídia através de campanhas bem coordenadas e abordagem proactiva em relação aos media. Em última análise a bola está do lado dos mídia para mudar. Esta mudança tem que estar dentro dos media: isto é na sua composição institucional, bem como no conteúdo dos media.

Existe apenas uma meta com prazo no Protocolo: o alcance da igualdade de género na tomada de decisão nos media até 2015. A formulação das disposições é cuidadosa para não ser mandatária e não fazer suposições de até onde o governo pode regular ou influenciar os media (especialmente os media privados). Porém, as disposições são significantes no sentido de que:

- Elas cobrem ambos o conteúdo dos media e a composição institucional dos media.
- Elas tocam em ambas política e formação.
- Elas tocam em ambos o pecado da omissão (a ausência das vozes das mulheres e a necessidade de dar às mulheres voz igual) bem como o pecado da comissão (a perpetuação dos estereótipos de género na maneira como as mulheres são cobertas; especialmente nas histórias sobre violência de género).
- As disposições são consuetudinárias com a liberdade de expressão. Certamente, elas sublinham o argumento que os activistas do género e mídia tem feito: que o silenciamento subliminar das mulheres nos media é - em todo o mundo - uma das piores violações da liberdade de expressão.

A Constituição da República de Moçambique de 1990 (emendada em 2004) garante a liberdade de expressão a todos os cidadãos. Ao contrário do que acontece em muitos países africanos, onde existe a repressão dos órgãos de comunicação, em Moçambique o ambiente para o florescimento dos media é considerado favorável. Muito há ainda por se fazer, nomeadamente a garantia do acesso as fontes de informação e a regulamentação do direito de antena e réplica política.



Jornalista da TVM, entrevistando o presidente do município de Xai-xai após a assinatura do memorando de entendimento. Foto: Gender Links

A lei impõe restrições sobre a liberdade de expressão para proteger a reputação e os direitos dos outros, e previne a revelação de informações obtidas confidencialmente.

Actualmente está em debate a revisão da Lei de imprensa, que constitui uma oportunidade e ameaça para o sector dos media. Não se sabe ao certo qual será a versão final a ser adoptada, daí o cepticismo de uns

e expectativa de outros. Outro debate ainda inconcluso é a introdução da carteira profissional para a profissão de jornalista. Não se forjou consenso ainda sobre esta matéria, com alguns a se oporem, sob alegação de que isto restringiria a liberdade das pessoas de exercerem a profissão sem coerção, e os que estão a favor veem nisso a oportunidade para evitar a vulgarização da profissão.

Em 2005, o MISA Moçambique depositou o projeto de lei sobre o direito de acesso à informação. Todavia, já passam oito anos e apesar de sucessivos agendamentos, o projecto de lei ainda não foi a debate na Assembleia da República.

O projecto de lei sobre o direito de acesso à informação visa estabelecer, pela primeira vez em Moçambique, os procedimentos legais para os meios de comunicação e cidadãos terem acesso à informação na posse do Estado. Recordar-se que Moçambique é um país em que muitas instituições se recusam a fornecer informações, alegando segredo de Estado. De salientar que a proposta pretende operacionalizar um direito previsto no artigo 48 da Constituição da República.

Os signatários da carta enviada ao Parlamento esta semana defendem que a aprovação da lei em questão irá permitir ao Estado tornar público os processos de desenvolvimento do país. Eles consideram que o vazio legal na regulamentação do direito à informação tem prejudicado os cidadãos, bem como constitui um obstáculo à credibilidade do Estado e ao respeito de

outros direitos e liberdades fundamentais dos moçambicanos.

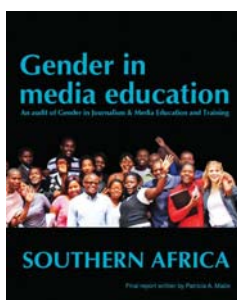
Os signatários da proposta e o parlamento moçambicano têm estado a trocar acusações mormente a demora na aprovação do projecto de lei. No entanto, a Comissão Parlamentar para a Comunicação Social levou a cabo auscultações nacionais desde 2010 para aferir a sensibilidade dos jornalistas sobre o mesmo.

Um mito criado no início do processo foi ultrapassado com a criação pela parte da sociedade civil da Coligação Direito de Acesso à Informação (DAI). Esta coligação visa monitorar o processo levando à aprovação do projecto de lei. O mito era de que a lei de acesso à informação apenas dizia respeito aos jornalistas, quando na verdade vai permitir que qualquer cidadão possa aceder à informação detida pelos órgãos públicos.

No início do ano, houve uma grande onda de optimismo porque se pensou que o projecto de lei seria debatido na sua sessão ordinária, o que ainda não veio a acontecer.

Género na formação em comunicação

A auditoria do Género no Ensino da Comunicação (GIME) na África Austral é o estudo mais compreensivo sobre a dimensão do género no jornalismo e ensino da comunicação nas instituições de ensino superior jamais realizado na África Austral. A auditoria da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), Escola Superior de Jornalismo e Escola de Jornalismo é parte de um estudo mais amplo que foi realizado em 25 instituições de ensino e formação em jornalismo e comunicação de 13 países da SADC, nomeadamente Botsuana, República Democrática do Congo (RDC), Lesoto, Madagáscar, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Swazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe entre Outubro de 2009 e Abril de 2010. *Gender Links* (GL) realizou este estudo através do Centro de Género e Diversidade dos media



(GMDC) e através da parceria entre organizações de desenvolvimento dos media e instituições de conhecimento.

Este relatório fornece uma análise dos documentos, entrevistas, observação de aulas e grupos focais realizados com estudantes da UEM, Escola de Jornalismo e Escola Superior de Jornalismo.

As principais constatações desta auditoria são:

- Nenhuma das três instituições tem política de género ou política de assédio sexual, mas indicaram que o género é considerado em todos os seus programas. Os entrevistados em todas as três instituições manifestaram o interesse em desenvolver políticas de género e de assédio sexual para as suas instituições.
- O Género é uma consideração nas políticas curriculares ao nível departamental. O Departamento de Jornalismo da Universidade Eduardo Mondlane finalizou o processo da revisão do seu currículo e no culminar

desse exercício o género foi incluído. A Escola Superior de Jornalismo e a Escola de Jornalismo estão em processo da sua estruturação e reestruturação, e mostraram interesse e comprometimento para a incorporação do género nos seus currícula e práticas ao nível dos departamentos.

- Os homens constituem a maioria dos docentes: No total, existem 65 docentes em todos os três Departamentos de Jornalismo e desses, 47 são homens.
- Os homens também dominam a categoria de estudantes: A população estudantil nos três Departamentos de Jornalismo é de 253, dos quais 187 são homens e 66 são mulheres.
- O Género é uma consideração nas políticas e processos curriculares ao nível institucional e departamental: De acordo com os dados recolhidos, os três Departamentos de Jornalismo consideraram o género nos processos de revisão curricular.
- Uma cadeira específica sobre género foi criada: O Departamento de Jornalismo da Escola de Comunicação e Artes da UEM criou, no seu programa de licenciatura em Jornalismo, uma cadeira que se chama Jornalismo e Género. Esta cadeira foi introduzida no ano 2010 como resultado do processo da reforma curricular que estava em curso. Este novo currículo entra em funcionamento no ano académico de 2011.
- O Género é incorporado nos conteúdos de algumas cadeiras: No novo currículo do curso de Jornalismo da Universidade Eduardo Mondlane, O género será incorporado nas seguintes cadeiras: Sociologia Geral e da Comunicação; Antropologia Cultural; Ética do Jornalismo e Direito da Comunicação; Expressão e redacção Jornalística; Psicologia Social; Métodos de Pesquisa. A Escola Superior de Jornalismo e a Escola de Jornalismo ainda não incorporaram o género nos seus currícula, mas através deste estudo pudemos verificar que alguns docentes incorporam o género nas suas aulas. É consensual nas três instituições que a integração do género requer a incorporação do género em todas as cadeiras, para além das cadeiras específicas de género.
- A atenção dada ao tópico depende do conhecimento e do cometimento do docente para incorporar o género no conteúdo da cadeira: Os docentes têm a liberdade de elaborar os seus programas de leccionação e não existem regulamentos específicos para eles sobre como incorporar o género. Isto faz com que a incorporação do género nos conteúdos das cadeiras seja feita de forma *ad hoc*.
- Os estudantes manifestaram um grande interesse em ter o género incorporado no seu ensino da comunicação social, e existe um grau razoável de consciência sobre género entre os docentes: Os estudantes disseram que existe uma necessidade de os departamentos incorporarem o género no ensino e formação da comunicação social e jornalismo, e eles mostraram um entendimento razoável dos assuntos do género e comunicação social. Os docentes

indicaram que eles podem destacar o género nas suas aulas, mas ainda há dificuldades na incorporação do género nas cadeiras práticas.

- Quer estudantes do sexo masculino assim como estudantes do sexo feminino reconheceram a importância do género no ensino da comunicação social e jornalismo: Os estudantes de jornalismo destacaram que o género na sua formação é importante para que eles possam entender melhor a sociedade, e como podem desafiar os sistemas que colocam vantagens de um grupo (homens) sobre o outro (mulheres).
- Existe muito pouco material e livros sobre género: Embora a auditoria tenha encontrado alguns docentes que usavam algumas publicações sobre género e comunicação social produzidos pela *Gender Links*, a grande riqueza de literatura sobre género e comunicação social publicada a nível internacional e na região da África Austral, não consta das listas dos livros recomendados, das leituras recomendadas e dos materiais usados para as cadeiras dos currícula do ensino de comunicação social e jornalismo.
- O género não é incorporado como um padrão em nenhuma forma sistemática nas avaliações dos departamentos de jornalismo: Os Departamentos de Jornalismo nas três instituições não incorporam o género na avaliação do aprendizado dos seus estudantes (exames, trabalhos de casa, etc.).
- A pesquisa académica podia ser melhorada: Ao mesmo tempo que existem exemplos de projectos de estudantes do Departamento de Jornalismo da Universidade Eduardo Mondlane sobre assuntos de género, esses assuntos ainda não se tornaram numa área de pesquisa académica entre os docentes. A Escola Superior de Jornalismo assumiu um compromisso de encorajar os seus docentes e estudantes a considerarem os assuntos de género como uma área de pesquisa.

Tabela 9.2. Número de docentes e estudantes

	Nº. de mulher	Nº. de homen	Total	% de mulher
Universidade Eduardo Mondlane				
Docentes	5	20	25	20
Estudantes	43	120	163	26
Escola Superior de Jornalismo				
Docentes	3	11	14	21
Estudantes	4	17	21	19
Escola de Jornalismo				
Docentes	10	16	26	38
Estudantes	19	50	69	27

A tabela 9.2 mostra em detalhe a composição das três instituições de formação e ensino em jornalismo, onde se verifica grandes desequilíbrios em todas as categorias. As mulheres estão em menor número em todas as escolas e em todas as categorias.



Dar um a representação igual as mulheres até o ano de 2015

O Protocolo insta os Estados membros para tomar medidas para promover a representação igual das mulheres na propriedade, estruturas de tomada de decisão dos media de acordo com o Artigo 12.1 que estabelece a representação igual das mulheres nas posições de tomada de decisão até 2015.

CATEGORIA	% MOÇAMBIQUE		% REGIÃO	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Percentagem dos empregados por sexo	27	73	41	59
NÍVEIS OCUPACIONAIS				
Eventuais	21	79	36	64
Semi-habilitado	61	39	55	45
Não habilitado	29	71	29	71
Tecnicamente habilitado	19	81	45	55
Profissionalmente qualificado	28	72	31	69
Gestão Sénior	35	65	28	72
Gestão Superior	17	83	23	77
Conselho de Directores	25	75	28	72
CONDIÇÕES DE EMPREGO				
Freelance	40	60	43	57
Tempo parcial	29	71	23	77
Tempo inteiro, contrato por tempo determinado	21	79	37	63
Tempo inteiro, contrato por tempo indeterminado	23	77	42	58
DEPARTAMENTOS				
<i>Percentagem de mulheres e homens em:</i>				
Finança e administração	26	74	54	46
Editorial	27	73	42	58
Publicidade/Marketing	43	57	57	43
Recursos Humanos	51	49	44	56
Produção	14	86	30	70
Técnica/TI	3	97	16	84
Desenho	19	81	31	69
Impressão e Distribuição	11	89	24	76
ÁREAS DE COBERTURA				
<i>As três áreas mais cobertas por mulheres</i>				
Igualdade do género	100	0	71	29
Violência do género	100	0	71	29
Juventude	57	43	52	48
<i>As três áreas mais cobertas por homens</i>				
Crime	88	12	37	63
Reportagens investigativas/ de fundo	88	12	20	80
Tribunais	86	14	37	63
POLÍTICAS				
	Moçambique		Região	
Existência de uma política do género	7		16	
Existência de uma política de assédio sexual	7		28	
Necessidade de uma política do género ou melhoria de uma	71		68	

Em 2009, a GL realizou o estudo Tetos de Vidros: Mulheres e Homens nos Media. O estudo baseou-se numa pesquisa realizada em 14 órgãos de comunicação, com um total de 1103 trabalhadores. Os investigadores realizaram estudos de caso em profundidade em dois órgãos de jornalistas/gestores seniores/editores para obter as suas perspectivas sobre os resultados. Outros 49 quadros seniores responderam aos questionários de percepção.

As principais constatações chaves do estudo são:

- As mulheres estão sub-representadas nos órgãos de comunicação em Moçambique: os homens constituem 73% dos trabalhadores, quase três vezes o número de mulheres (27%). A proporção de mulheres é consideravelmente mais baixa em Moçambique em

relação a média de 41% nos órgãos de comunicação da África Austral.

- As mulheres constituem um quarto dos que estão nos conselhos de directores. Elas constituem 25% dos que estão nos conselhos de directores nos órgãos de comunicação em Moçambique, comparado com 28% a nível regional.
- As mulheres são poucas na gestão de topo. Elas constituem apenas 17% dos gestores de topo nos órgãos de comunicação em Moçambique, mais baixo que a média regional de 23%.
- As mulheres constituem 35% daqueles que estão na gestão sénior nos órgãos de comunicação em Moçambique - mais alto que a média regional de 28%.
- Os homens (77%) tem mais possibilidades de terem contratos sem tempo determinado, contrato a tempo inteiro, do que as mulheres (23%), comparado a 42% das mulheres no resto da região. Em Moçambique 40% daqueles que estão em contratos de freelance são mulheres, comparadas com a 43% no estudo regional. Os números reflectem menos segurança de emprego para as mulheres que homens na comunicação social Moçambicana.
- Os homens dominam todos, menos um departamento, nos órgãos de comunicação Moçambicanos: isto é particularmente verdade no departamento técnico/TI (97%) e de impressão e distribuição (89%). O único departamento dominado por mulheres é o de recursos humanos (51%).
- Há mais mulheres nos departamentos de apoio: enquanto as mulheres são sub-representadas na maioria das áreas de trabalho, elas aparecem em maiores proporções em áreas de trabalho consideradas "trabalho de mulheres", incluindo publicidade/marketing (43%) e recursos humanos (51%).
- Há muito poucas mulheres nos departamentos editoriais do que na região: em Moçambique as mulheres constituem 27% dos que estão nos departamentos editoriais. Isto é consideravelmente mais baixo que a média regional de 42%, e reflecte uma indústria de comunicação severamente distorcida.
- Há uma clara divisão do trabalho por género nas áreas de reportagem: os jornalistas masculinos dominam todas as áreas de cobertura, incluindo crime (88%); reportagens investigativas/de fundo (88%) e tribunais (86%). As mulheres jornalistas dominam na igualdade de género (100%); violência do género (100%) e reportagens sobre jovens (57%).
- Em média, os homens na comunicação social Moçambicana recebem quase duas vezes mais que as

- mulheres: mesmo que isto não aponte para uma diferença de salários nas mesmas categorias profissionais, reflecte o facto de que no geral as mulheres na comunicação Moçambicana estão mais em posições juniores e empregadas em áreas menos lucrativas do trabalho da comunicação social.
- Não existem metas claras para alcançar a igualdade do género nos órgãos de comunicação Moçambicanos: nenhum dos órgãos de comunicação em Moçambique pode indicar uma meta específica para assegurar a igualdade de género em linha com os objectivos de paridade da SADC 2015.
 - O percurso de carreira para as mulheres em Moçambique não é prioridade: apenas 21% dos órgãos de comunicação em Moçambique tem políticas para acelerar as mulheres ou encaminhá-las para as carreiras. Porém, uma elevada proporção dos órgãos de comunicação em Moçambique (57%) tem estratégias para promover as mulheres dentro dos órgãos de comunicação.
 - Olhar para as mulheres candidatas como prioridade superior, mas ineficiente: Mais de três quartos dos órgãos de comunicação em Moçambique disseram que tem políticas que tem como alvo para o emprego as mulheres, e a mesma proporção disse que tem banco de dados de mulheres. Mas com as mulheres a constituírem apenas 27% dos empregados, esta estratégia parece não estar a alcançar o efeito desejado.

- Compromisso para a licença de maternidade, mas não a de paternidade: na amostra de Moçambique 86% dos órgãos de comunicação dão licença de maternidade; isto é mais alto que a média regional de 81%.
- Nenhum dos órgãos de comunicação concede licença de paternidade, enquanto que a média regional é de 33%, e este desequilíbrio deverá ser rectificado. O fraco comprometimento com a licença de paternidade em toda a região perpetua a crença de que cuidar das crianças é responsabilidade feminina.
- Cuidar das crianças não é uma prioridade, mas o tempo flexível está mais alto na agenda: nenhum dos órgãos de comunicação em Moçambique disse oferecer instalações para cuidado das crianças, comparado a 15% na amostra regional. Mas 64% dos órgãos de comunicação em Moçambique (75% na região) disseram que eles dão tempo flexível.
- Existem poucos órgãos de comunicação com políticas de género em Moçambique, mas a maioria quer tais políticas: apenas 7% dos órgãos de comunicação indicaram que tinham políticas de género, o mesmo número tem política de assédio sexual, mas é encorajador que 71% manifestaram interesse em desenvolver políticas do género ou melhorar uma política existente. Apenas 16% dos órgãos de comunicação na amostra regional tem políticas de género, enquanto 28% disse ter política de assédio sexual.

Género no conteúdo dos media



O Protocolo insta os Estados Membros encorajarem os media a darem voz igual às mulheres e homens em todas as áreas de cobertura, incluindo o aumento do número de programas para, por e sobre as mulheres, sobre tópicos específicos do género e que desafiam os estereótipos de género. O Protocolo insta os estados membros a tomarem medidas para desencorajarem os media de:

- Promover a pornografia e violência contra todas as pessoas, especialmente as mulheres e crianças;
- Caracterizar as mulheres como vítimas passivas da violência e abuso;
- Denigrir ou explorar as mulheres, especialmente na área de entretenimento e publicidade, e subestimar o seu papel e posição na sociedade; e
- Reforçar a opressão e estereótipos de género.

O Estudo de Progresso do Género e Comunicação Social (GMPS) teve lugar em Moçambique de 19 de Outubro à 16 de Novembro de 2009 cobrindo 15 órgãos de comunicação, entre televisões, rádios e jornais impressos, onde foram analisados 2789 artigos noticiosos. O estudo é parte de uma pesquisa regional que cobriu 14 países na África Austral e 33 436 itens noticiosos. O GMPS é um estudo de progresso, na sequência do *Estudo Básico sobre Género e Comunicação Social* (GMBS) realizado

em 2003, bem como do *Estudo Básico sobre HIV e SIDA e Género* (2006) e o *Estudo sobre Género, HIV e SIDA e Comunicação Social* (francófono) (2008). Também são feitas comparações, onde se apresentam relevantes, com o *Projecto de Monitoria Global da Comunicação Social* (GMMP), que tem sido realizado a cada cinco anos desde a Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres em Beijing em 1995, com o quarto estudo do género realizado em paralelo com este estudo regional em 2010.

Tabela 9.3: Sumário das Constatações em Moçambique

PRÁTICA GERAL DA COMUNICAÇÃO SOCIAL	GMBS MOÇAMBIQUE	GMPS MOÇAMBIQUE	GMPS REGIONAL	GMMP GLOBAL
Tópicos	%	%	%	%
Economia	N/A	5	12	18
Igualdade do género	N/A	4	1	N/A
Violência do género	N/A	0	1	N/A
Política	N/A	33	19	23
Desporto	N/A	13	18	N/A
Âmbito geográfico das estórias	%	%	%	%
Internacional	N/A	0	22	N/A
Regional	N/A	25	8	N/A
Nacional	N/A	3	42	N/A
Provincial	N/A	48	10	N/A
Local	N/A	25	18	N/A
Tipos de fontes	%	%	%	%
Fontes primárias	N/A	57	69	N/A
Anonimidade	%	%	%	%
Fontes anónimas	N/A	18	18	N/A
Diversidade das fontes	%	%	%	%
Fontes singulares	N/A	73	67	N/A
GÉNERO E COMUNICAÇÃO SOCIAL	GMBS MOÇAMBIQUE	GMPS MOÇAMBIQUE	2010 GMPS REGIONAL	GMMP GLOBAL
Quem fala		% Mulheres	% Mulheres	% Mulheres
No geral	N/A	14	19	24
Comunicação social privada	N/A	14	19	N/A
Comunicação social pública	N/A	14	20	N/A
Comunicação social comunitária	N/A	4	22	N/A
Quem fala sobre que tópico		% Mulheres	% Mulheres	% Mulheres
Economia	N/A	11	15	21
Educação	N/A	9	24	N/A
Igualdade de género	N/A	26	43	N/A
Violência de género	N/A	33	41	N/A
Estórias sobre política	N/A	11	13	18
Desporto	N/A	3	12	N/A
Sexo das fontes por meio		% Mulheres	% Mulheres	% Mulheres
Imprensa escrita	N/A	13	18	24
Rádio	N/A	10	20	19
Televisão	N/A	20	25	26
Quem é visto		% Mulheres	% Mulheres	% Mulheres
Imagens nos jornais	N/A	15	27	N/A
Idades		% Mulheres	% Mulheres	% Mulheres
35 - 49 anos	N/A	46	37	N/A
50 - 64 anos	N/A	18	20	N/A
65 anos e mais	N/A	0	0	N/A
Idades - imagens		% Mulheres	% Mulheres	% Mulheres
35 - 49 anos	N/A	8	28	N/A
50 - 64 anos	N/A	8	14	N/A
65 anos e mais	N/A	19	4	N/A
Ocupação		% Mulheres	% Mulheres	% Mulheres
Concorrente/passagem de modelo	N/A	50	73	N/A
Negociante	N/A	14	15	20
Membro do governo	N/A	11	14	20
Trabalhador(a) da saúde	N/A	18	27	N/A
Doméstico(a)	N/A	13	63	80
Político	N/A	7	11	20
Trabalhadora do sexo	N/A	80	62	N/A
Desportista	N/A	2	8	18

Identidade pessoal	%	%	%	%			
Percentagem de mulheres	N/A	5	8	N/A			
Percentagem de homens	N/A	1	4	N/A			
GÉNERO NAS REDACÇÕES	GMBS MOÇAMBIQUE	GMBS MOÇAMBIQUE	2010 GMPS REGIONAL	GMMP GLOBAL			
Quem faz o quê	% Mulheres	% Mulheres	% Mulheres	% Mulheres			
Todos os repórteres	N/A	18	29	N/A			
Repórteres de TV	N/A	N/A	42	37			
Apresentadores de TV	N/A	39	50	52			
Repórteres de Rádio	N/A	N/A	30	27			
Repórteres da imprensa escrita	N/A	N/A	25	35			
Quem reporta sobre o quê	% Mulheres	% Mulheres	% Mulheres	% Mulheres			
Economia	N/A	22	28	40			
Igualdade de género	N/A	22	32	N/A			
Violência de género	N/A	60	38	N/A			
Estórias sobre política	N/A	16	24	33			
Desporto	N/A	18	18	N/A			
Fontes e sexo do(a) repórter		%M	%H	%M	%H		
Fontes femininas por sexo do(a) repórter	N/A	26	14	31	15	26	19
VIOLÊNCIA DE GÉNERO E COMUNICAÇÃO SOCIAL	GMBS MOÇAMBIQUE	GMBS MOÇAMBIQUE	GMPS REGIONAL	GMMP GLOBAL			
Estórias de VBG comparado ao total	N/A	2	4	N/A			
Estórias sobre advocacia e protestos	N/A	3	11	N/A			
Quem fala sobre VBG	% Mulheres	% Mulheres	% Mulheres	% Mulheres			
% de Mulheres nas estórias sobre ou que mencionam VBG	N/A	22	27	N/A			
Funções das fontes de VBG	%	%	%	%			
Vítima/sobrevivente	N/A	6	19	N/A			
Alegado perpretador/perpretador	N/A	3	11	N/A			
Quem reporta sobre VBG	% Mulheres	% Mulheres	% Mulheres	% Mulheres			
Percentagem de mulheres repórteres	N/A	13	11	N/A			
GÉNERO, HIV E SIDA E COMUNICAÇÃO SOCIAL	ESTUDO 2006 MOÇAMBIQUE	ESTUDO 2006 MOÇAMBIQUE	GMPS REGIONAL	GMMP GLOBAL			
	%	%	%	%			
Cobertura do HIV e SIDA comparado ao total	7	2	2	N/A			
Sub-tópicos	%	%	%	%			
Prevenção	47	18	26	N/A			
Geral	15	50	37	N/A			
Tratamento	9	11	12	N/A			
Cuidados, apoio e direitos	14	8	14	N/A			
Impacto	14	13	12	N/A			
Âmbito geográfico	%	%	%	%			
Internacional	12	0	12	N/A			
Regional	8	20	8	N/A			
Nacional	48	0	56	N/A			
Local	25	35	15	N/A			
Funções das fontes	%	%	%	%			
Funcionário e Agência das NU	55	13	19	N/A			
Sociedade civil e ONGs	20	55	18	N/A			
Especialistas	13	11	17	N/A			
Líderes tradicionais e religiosos	2	13	2	N/A			
Pessoa com HIV/SIDA	4	3	7	N/A			
Pessoa afectada	4	5	36	N/A			
Fontes	% Mulheres	% Mulheres	% Mulheres	% Mulheres			
Quem fala sobre HIV e SIDA	34	18	20	N/A			
Repórteres	% Mulheres	% Mulheres	% Mulheres	% Mulheres			
Quem reporta sobre HIV/ SIDA	34	10	37	N/A			

Há uma notória melhoria na proporção das fontes femininas nas notícias em Moçambique, mas existem grandes disparidades entre os órgãos de comunicação social. Ao mesmo tempo que os assuntos sobre a violência de género recebem mais cobertura que a igualdade de género, a cobertura continua a ter uma tendência de ser sensacionalista, com muito pouca informação sobre as campanhas de advocacia e sobre onde se dirigir para obter apoio. O volume de cobertura sobre HIV e SIDA diminuiu em relação aos estudos realizados anteriormente, de 5% no estudo de 2006 para 2% no actual GMPS, e a proporção das vozes das pessoas vivendo com oHIV e SIDA também diminuiu de 4% para 3,5, mas aumentou a proporção das vozes de pessoas afectadas, de 2% para 5%.

A violência baseada no género é real mas não aparece nos media. Do total dos itens noticiosos monitorados, apenas 2% das histórias eram sobre violência baseada no género. Esta realidade é a mesma ao nível da região da SADC onde a média de cobertura dos assuntos sobre a violência baseada no género é de apenas 4%.

Apesar de o HIV e SIDA ser uma das principais preocupações no país, este assunto não tem merecido uma cobertura proporcional nos órgãos de comunicação. Dos 2789 artigos noticiosos monitorados ao longo do período em análise, apenas 2% é que era sobre HIV e SIDA. A proporção da cobertura sobre o HIV e SIDA nos órgãos de comunicação social em Moçambique é a mesma ao nível da região da SADC (2%). A TIM (7%), a rádio Terra Verde e a rádio Voz Coop, ambos com 4%, são as que mais cobertura deram ao assunto HIV e SIDA durante esse período.

As pessoas vivendo com o HIV e SIDA estão ausentes das notícias sobre HIV e SIDA. Apenas 3% das fontes de notícias sobre este tópico, um ponto percentual a menos em relação aos resultados do estudo básico sobre o HIV e SIDA, e muito abaixo da média regional que é de 41%. As histórias sobre esta pandemia é contada por organizações da sociedade civil e ONGs, numa proporção de 55% das notícias.

Prática da comunicação social

A maioria dos órgãos de comunicação Moçambicanos privilegiam as fontes primárias, com uma média de 57%.

A maior parte das fontes das histórias produzidas na comunicação social Moçambicana durante o período da monitoria, foram identificadas, numa proporção de 83%, um ponto percentual acima da média regional. Apenas 17% das fontes das histórias publicadas eram anónimas.

A utilização abusiva de fontes anónimas, embora necessário em algumas circunstâncias, não é recomendável porque não é uma boa prática jornalística e é muitas vezes o reflexo de falta de profissionalismo.

A maioria das histórias produzidas pela comunicação social em Moçambique durante o período da monitoria, baseavam-se maioritariamente em fontes singulares, numa percentagem de 73% contra 27% de histórias baseadas em fontes múltiplas. Isto é ligeiramente superior à média regional que é de 67% de fontes singulares e 33% de fontes múltiplas.

A dependência nas fontes singulares na produção noticiosa pode reflectir a falta de profissionalismo, que tem uma dimensão de género. Na nossa sociedade dominada por homens, se a notícia é baseada numa única fonte, as chances dessa fonte ser masculina é maior; e se a maior das fontes das histórias produzidas é baseada em fontes singulares, então teremos uma situação em que a maioria das fontes de notícias serão homens.

A maioria das fontes de notícias na comunicação social Moçambicana são os próprios sujeitos das notícias, numa proporção de 68%, enquanto que a maioria das fontes de notícias ao nível regional são porta-vozes e especialistas com 32% e 28%, respectivamente. Em Moçambique, os porta-vozes constituem 11% das fontes de notícias e os especialistas, 9%.

A maioria dos sujeitos que fazem as notícias em Moçambique são pessoas que ocupam cargos de direcção ao nível governamental ou empresarial e esses são geralmente homens. De igual modo, os porta-vozes e os especialistas são pessoas que detêm o conhecimento e na sua maioria são pessoas do sexo masculino.



Ex ministra da mulher e acção social dando entrevista durante a cimeira nacional-2014.

Foto: Gender Links

Género no conteúdo dos media

A participação das mulheres como fontes de notícia em Moçambique, regista uma ligeira queda quando comparado com o GMBS, onde a percentagem das fontes de notícias femininas situava-se em 15%. As mulheres constituem apenas 14% das fontes de notícias monitoradas, contra os 19% da média regional do GMPS.

Não existem diferenças entre os órgãos de comunicação do sector público e os do sector privado em relação às fontes de notícias que estes privilegiam. Em ambos os casos as mulheres representam 14% das fontes de notícias e os homens 86%. A única diferença que se observa é em relação aos órgãos de comunicação comunitários, onde apenas 4% das fontes são femininas, contra 96% de fontes masculinas.

Os assuntos sobre religião, comunicação e entretenimento são abordados exclusivamente por homens, enquanto que os assuntos sobre sexo e sexualidade são abordados exclusivamente por mulheres.

O equilíbrio de fontes verifica-se nas estórias sobre saúde, onde 50% das fontes são mulheres e 50% homens.

Em todos os outros assuntos nota-se um domínio das vozes masculinas, principalmente nas estórias sobre desporto, mineração, educação, política e economia, onde as vozes masculinas são ouvidas em quase 90% dos casos.

Género nas redacções

A desagregação dos dados sobre os repórteres por órgão de comunicação revela que a maioria das mulheres repórteres estão nas redacções das principais televisões do país. Na STV as mulheres constituem 37% do corpo redactorial, e na TVM elas constituem 33%.

Há também uma representação acima da média, de mulheres nas redacções do diário Notícias e semanário Zambeze, com 34% e 27%, respectivamente. Nos restantes órgãos de comunicação a representação de mulheres nas redacções situa-se abaixo da média nacional de 18%, com a Rádio Voz Coop e o Diário de Moçambique com zero e um por cento, respectivamente.

Os homens dominam em todas as áreas de cobertura, com maior destaque para a área do desporto, onde os homens estão presentes numa proporção de 82%, e as mulheres constituem apenas 18% das repórteres que cobrem esta área. Os assuntos de crianças e saúde são as duas áreas de cobertura onde as mulheres estão mais presentes, com 47% e 46%.

As estórias sobre violência baseada no género constituem apenas 2% de todas as estórias publicadas na

comunicação social em Moçambique. Este cenário é quase idêntico ao observado a nível regional onde, como ilustra o gráfico 5.2, a cobertura sobre violência baseada no género representa apenas 4% de todos os itens noticiosos monitorados.

Violência Baseada no Género

As estórias sobre violência baseada no género constituem apenas 2% de todas as estórias publicadas na comunicação social em Moçambique. Este cenário é quase idêntico ao observado a nível regional onde a cobertura sobre violência baseada no género representa apenas 4% de todos os itens noticiosos monitorados.

Apesar de se reconhecer que a VBG afecta mais as mulheres que homens, 79% das pessoas que falam sobre VBG em Moçambique são homens e as mulheres constituem apenas 22%.

A maioria das fontes de estórias sobre VBG monitoradas na comunicação social em Moçambique são especialistas, numa proporção de 63%. Ao nível da região da SADC a polícia/juízes e sistema legal, constituem as principais fontes de notícias nas estórias sobre VBG, com 23% cada.

As vítimas ou sobreviventes da VBG constituem apenas 6% das fontes das estórias de VBG em Moçambique, contra 19% ao nível da região. Os alegados perpetradores são os que menos falam nas estórias sobre VBG em Moçambique, enquanto que ao nível da região eles constituem 11% das fontes de VBG.

HIV e SIDA

A pesar de a pandemia do HIV e SIDA ser considerada uma das maiores preocupações do governo e ser reconhecidamente um problema também para o sector da comunicação social, este tópico recebe muito pouca cobertura da comunicação social em Moçambique. Do total das estórias monitoradas, apenas 2% são sobre HIV e SIDA.

Este cenário é idêntico em toda a região da SADC onde a cobertura do HIV e SIDA pelos órgãos de comunicação social da região é de apenas 2%, e reflecte uma redução na cobertura do HIV e SIDA na comunicação social Moçambicana, quando comparado com o Estudo Básico sobre o HIV e SIDA e Género de 2006, em que o nível de cobertura do HIV e SIDA em Moçambique se situava em 5%.

A maior das estórias de HIV e SIDA monitoradas no GMPS, eram contadas por ONGs e Organizações da Sociedade Civil, numa proporção de 55%, o que difere substancialmente em relação ao anterior estudo básico quando os oficiais do governos e agências das Nações Unidas é que dominavam as discussões sobre este tema, em 56%.

Verifica-se também um aumento da intervenção dos líderes tradicionais e religiosos nas discussões sobre HIV e SIDA, na ordem de 11%, passando de apenas 2% no anterior estudo básico para os actuais 13% do GMPS. A opinião dos especialistas também aumentou no debate sobre o HIV e SIDA nas estórias monitoradas, tendo passado de 2% no anterior estudo para 11%.

Interessante notar um ligeiro aumento das vozes de pessoas afectadas a falarem sobre o HIV e SIDA, que anteriormente era de apenas 2% e agora é de 5%.

É no entanto preocupante a redução das vozes que vivem com o HIV e SIDA, de 4% no anterior estudo para 3% no actual GMPS.

SGP Pos 2015

MEDIA E TICs pos 2015

Tabela 9.4: Proposed revised targets and indicators for ...

Área temática/ Meta	Objectivos do Desenvolvimento Sustentavel	Metas propostas para 2015	Indicadores propostos para 2030
		1. Promover a representação igual de mulheres professoras e estudantes nas instituições de formação dos midias	1. Percentagem de mulheres nas instituições de aprendizagem dos media ¹ 2. Percentagem de mulheres estudantes nas instituições de aprendizagem dos media ²
		2. Assegurar que as instituições de formação da midia adotem políticas que integram o género no seu curriculum escolar até 2030	3. Nr de cursos/módulos que fazem a integração do género 4. Classificação do Género e midia na educação
Criar medidas que promovam a representação igual de mulheres e apropriação dos processos de tomada de decisão nas estruturas dos midia de acordo com o artigo 12.1 que providencia a igual representação da Mulher na tomada de decisão a todos os níveis até 2030		3. Tomar medidas para promover a representação igual de mulheres e apropriação nos processos de tomada de decisão nas estruturas dos midias até 2030	5. Percentagem total de mulheres empregadas nos midia ³ 6. Percentagem dos membros do board de directores ⁴
		4. Assegurar que as oportunidades de homens e mulheres sejam iguais nas edições	7. Percentagem de mulheres gestoras ⁵
		5. As Comissões da midia devem assegurar reportagens sensíveis ao género	
		6. Assegurar que os órgãos de comunicação social adoptam	8. Classificação do género na midia

¹ Glass ceiling, Global Report on the status of women in the news and media.

² Gender in Media Education.

³ Glass ceiling, Global Report on the status of women in the news and media.

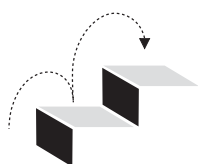
⁴ Glass ceiling, Global Report on the status of women in the news and media.

⁵ Glass ceiling, Global Report on the status of women in the news and media.

Área temática/ Meta	Objectivos do Desenvolvimento Sustentavel	Metas propostas para 2015	Indicadores propostos para 2030
		políticas que integrem as questões de género e os respectivos códigos de conduta	
Género e o conteúdo da mídia			
Encourajar a mídia a dar voz igual para homens e mulheres em todas as áreas de cobertura		7. Encourajar a mídia a dar voz igual para homens e mulheres em todas as áreas de cobertura até 2030.	9. Percentagem de histórias com mais de tres fontes
			10. Percentagem de mulheres como fontes
			11. Percentagem de mulheres como fontes de notícias sobre economia, desporto e política.
		8. Assegurar que os medias integrem as questões de género nos seus programas editoriais	12. Percentagem de mulheres que participam em shows de rádio
		9. Assegurar que os órgãos reguladores dos media assegurem que hajam medidas standards das reportagens do género	13. Percentagem de estórias sensíveis ao género
	10. Tomar medidas para desencorajar os medias de: <ul style="list-style-type: none"> • Promover a pornografia e violência contra as pessoas e em particular a Mulher e criança; • Distanciar as mulheres de serem victimas inúteis da VBG e abuso; 	14. Percentagem de mulheres e homens cientes de estórias sobre a VBG	
	11. Degradação e exploração da Mulher especialmente na área de entretenimento e publicidade menosprezando o seu papel e posição na sociedade e reforçando a opressão e os esteriotipos		
Género e publicidade			
		12. Encourajar que as autoridades reguladoras de publicidades adoptem códigos de conduta e principais etnias que reduzam esteriotipos em relação às mulheres até 2030	15. Percentagem de mulheres na área de publicidade
			16. Percentagem de publicidades sensíveis ao género
			17. Percentagem de homens que digam não ser bom usar imagens sexistas de mulheres para publicitarem os seus produtos

⁶ Global impact study, Demographic survey.

Área temática/ Meta	Objectivos do Desenvolvimento Sustentavel	Metas propostas para 2015	Indicadores propostos para 2030
Acceso á informação e política de TICs			
		13. Assegurar que metade das mulheres (incluindo as das zonas rurais) tem acesso á informação pública até 2030	18. Percentage of women with access to public information ⁶
		14. Assegurar que todo cidadão em especial a Mulher tenha acesso a todos e pelo menos um medio incluindo novas plataformas de media até 20130.	19. Classificação de género para a media e políticas de TCIs.
		15. Ensure that all citizens have the freedom to express their opinions in all public and private forums.	20. Percentagem de mulheres com acesso á TCIs.



Passos a seguir

- Engajamento dos órgãos de comunicação social públicos/privados sobre o seu mandato de representar todos os cidadãos no país e desenvolver estratégias para aumentar as vozes femininas nas notícias.
- Ter uma série de seminários sobre a qualidade de jornalismo, tomando em conta a elevada proporção de fontes singulares e anónimas nas estórias, bem como a representação estereotipada das mulheres.
- Usar o Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento para dvogar pela igualdade de género na e através da comunicação social.
- Interagir com a comunicação social que tem mostrado interesse na criação de um ambiente favorável para as mulheres e homens através do desenvolvimento de políticas de género.
- Dar apoio às organizações que tem políticas de género a implementá-las de forma mais efectiva.
- Desenvolver e realizar cursos de formação para os órgãos de comunicação social sobre como incorporar o género nas suas coberturas.
- Trabalhar com as instituições de ensino superior e o público em Moçambique para desenvolver uma

cidadania crítica através dos cursos de alfabetização de género e comunicação social, para que possam cobrar responsabilidade dos órgãos de comunicação social. As instituições de ensino da comunicação em Moçambique já estão a discutir a melhor forma de introduzir o género nos seus cursos.

- Formar jornalistas sobre como cobrir a VBG, aumentar as vozes das mulheres e como extender o repertório dos tópicos que actualmente são oferecidos.
- Trabalhar com a comunicação social e as organizações da sociedade civil para criar espaços seguros onde as mulheres que experimentaram a violência baseado no género possam falar à vontade.
- Interagir com a comunicação social sobre o aumento da cobertura do HIV e SIDA bem como sobre o aumento das vozes das mulheres e das pessoas vivendo com HIV e SIDA nas coberturas noticiosas.
- Colocar a dimensão do género do HIV e SIDA na agenda da comunicação social através da formação; produção de conteúdos; promover trocas de informação regular e criar uma retaguarda para os jornalistas.